



DECRETO Nº 63/2017.

Súmula: CONSTITUI Equipe de Vigilância em Saúde do Trabalhador de modo permanente.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê no seu art. 196, que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e outros agravos;

CONSIDERANDO que o art. 200 da Constituição Federal dispõe que compete ao Sistema Único e Saúde a execução de "ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador", bem como colaborar na proteção do "meio ambiente, nele compreendido o do trabalho".

CONSIDERANDO Sistema Único de Saúde tem como competência executar as ações de saúde do trabalhador e colaborar na proteção ao meio ambiente do trabalho; e executar tais atividades com ações de vigilância epidemiológica e sanitária, além de promover a proteção da saúde de crianças e adolescentes em situação de trabalho;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde visa a recuperar e reabilitar a saúde e crianças e adolescentes em situação de trabalho, submetidos a riscos e agravos advindos do ambiente, das condições e dos processos de trabalho, da manutenção ou incorporação de tecnologias potencialmente nocivas à saúde e das condições de proteção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos;

CONSIDERANDO que a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, instituída pela Portaria 1.823/2012 do Ministério da Saúde, estabelece ser competência das três esferas de governo o desenvolvimento de ações destinadas à Proteção da saúde dos trabalhadores, com vistas à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores e à redução da morbimortalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar as rotinas de proteção às condições gerais de trabalho, no que diz respeito à saúde do trabalhador e a necessidade de se implementar mecanismos de ampla eficácia na prevenção dos riscos ambientais, acidentes e doenças do trabalho para o trabalhador;

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 059/2013, que aprova o incentivo financeiro aos municípios do Estado do Paraná como parte integrante do Programa de Qualificação das Ações - VIGIASUS, no Estado do Paraná.

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 150/2013, Publicada no Diário Oficial do Estado nº 8906, de 27/02/13, que Institui o Programa Estadual de Qualificação da Vigilância em Saúde – VigiasUS no Estado do Paraná.

CONSIDERANDO a Lei Federal 8080, de 9 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO a Portaria nº 32521GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de vigilância em saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências;

CONSIDERANDO Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 esferas de governo, e, em seu artigo 19, dispõe que o rateio dos recursos dos Estados transferidos aos Municípios para ações e serviços públicos de saúde será realizado segundo o critério de necessidades de saúde da população e levará em consideração as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

PÉROLA D'OESTE – ESTADO DO PARANÁ – CNPJ: 75.924.290/0001-69
Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01 - 85.740-000 - Fonefax: 0xx46-5561223
Home Page: <http://www.peroladoeste.pr.gov.br> - E-mail: gabinete@peroladoeste.pr.gov.br

espacial e a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde, observada a necessidade de reduzir as desigualdades regionais', nos termos do inciso II do 3º o art. 198 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o art. 15 da Lei 8.080/90 determina aos Municípios "a elaboração e normas técnicas e o estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador e a definição de instâncias e mecanismos de controle e de fiscalização inerentes ao Poder de Polícia Sanitária;

CONSIDERANDO que o art. 18 da Lei 8.080/90, impõe aos Municípios o dever de incluir, nos serviços de atribuição do SUS, ao lado das ações de Vigilância Sanitária, os serviços de saúde do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Código de Saúde do Paraná, em seu art. 104, determina que compete às Secretarias Municipais de Saúde: "I) Constituir equipes multidisciplinares para o desenvolvimento das ações de saúde do trabalhador; II) Proporcionar capacitação e especialização permanentes das equipes técnicas de saúde do trabalhador; III) Proporcionar os meios necessários e adequados para a realização de inspeções e fiscalizações pela autoridade sanitária; IV) Desenvolver ações educativas visando a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho;

CONSIDERANDO finalmente o Termo de Compromisso nº 15/2015, realizado entre o Município de Pérola D'Oeste e o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região – Procuradoria do Trabalho no Município de Pato Branco, na data de 26 de novembro de 2015;

REVOLVE:

Art. 1º **CONSTITUIR** e manter equipe de vigilância em saúde do trabalhador de modo permanente, no âmbito do Município de Pérola D'Oeste – PR.

Art. 2º **DESIGNAR**, sob a presidência do primeiro, os servidores abaixo relacionados pra responderem como autoridades sanitárias, em conjunto ou individualmente, junto à Secretária Municipal de Saúde:

ENFERMEIRA – **ELISA TAIARA BINDA – COREN/PR Nº 312066**

ADVOGADO – **JOSÉ DORIVAL BANDEIRA – OAB/PR 22.874**

ENFERMEIRA – **VANUSA FÁTIMA ANDERSEN – COREN/PR Nº 504856**

Art. 3º São obrigações da **Equipe de Vigilância em Saúde do Trabalhador**:

I - Elaborar diagnóstico da situação do trabalhador no âmbito do Município, a partir do levantamento de dados das atividades produtivas existentes; perfil socioeconômico dos trabalhadores; dados de morbimortalidade relacionados ao trabalho; organizações sindicais de trabalhadores e de empregadores; e dados oriundos da rede pública e privada de saúde, inclusive serviços médicos mantidos pelas próprias empresas Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), envolvendo atendimentos de doenças e acidentes de trabalho.

II - A partir do Diagnóstico elaborado e da identificação dos setores da economia local que mais geram adoecimentos e acidentes de trabalho, o Município deverá eleger, no mínimo, três setores econômicos prioritários de atuação, constituindo cronograma que preveja a realização de fiscalizações periódicas e intervenção nas causas que geram adoecimentos e acidentes.

III – Deverá a Vigilância Sanitária do Município, no prazo máximo de dias úteis a partir de seu acontecimento, investigar todas as ocorrências de acidentes de trabalho graves e fatais, entendidos esses como aqueles acidentes dos quais resultem óbitos, amputações e outras lesões graves, promovendo e garantindo a intervenção na causa que gerou o acidente, de forma a prevenir-se a ocorrência de fatos idênticos ou semelhantes no futuro.

IV – Deverá a Vigilância Sanitária do Município investigar todas as ocorrências de acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes, independentemente da gravidade da lesão ocorrida, sendo que, na



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

PÉROLA D'OESTE – ESTADO DO PARANÁ – CNPJ: 75.924.290/0001-69
Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01 - 85.740-000 - Fonefax: 0xx46-5561223
Home Page: <http://www.peroladoeste.pr.gov.br> - E-mail: gabinete@peroladoeste.pr.gov.br

hipótese de identificação de situação de trabalho ilícito prestado por crianças e/ou adolescentes¹ obriga-se a acionar a Rede de Combate e Erradicação do Trabalho Infantil (Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, Assistência Social do Município, etc) e comunicar o Ministério Público do Trabalho, em conformidade ao Termo de Cooperação Técnica firmado entre a SESA e o MPT.

V- Deverá realizar audiências públicas, seminários, reuniões e outros eventos, visando ao esclarecimento da população ou segmentos interessados, no que se refere ao cumprimento das normas relacionadas à saúde, higiene e segurança do trabalho, bem como enfrentamento ao trabalho infantil;

Art. 3º Fica autorizado a contratação através do devido processo licitatório de todos os serviços que eventualmente não possam ser tecnicamente realizados pela equipe designada no art. 2º deste Decreto;

Art. 4º. No caso de cessamento ou suspensão dos repasses financeiros pela União e/ou pelo Estado do Paraná, para lastrear a atividade de execução do Protocolo das Ações de vigilância Sanitária (PSTA), em valores proporcionais e condizentes, ficam suspensa igualmente a obrigatoriedade do Município na execução da Política Nacional da Saúde do Trabalhador (PNST), especificamente quanto às atividades que forem financiadas por estes repasses;

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste – PR., em 1º de Março de 2.017.

NILSON ENGELS
Prefeito Municipal

¹ Considera-se ilícito qualquer trabalho prestado por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos de idade. Além disso, é vedado aos adolescentes menores de 18 anos de idade o desempenho de atividades em condições insalubres, perigosas, penosas, imorais, trabalho noturno, prejudicial à formação física ou psicológica, ou para qualquer uma das atividades previstas na lista TIP do TEM (anexa ao Decreto 6.481/08)